

ORIENTAÇÃO AO CENTRO ESPÍRITA

“O Centro Espírita é a Universidade da Alma”

Emmanuel

Orientação ao Centro Espírita

Prece

Senhor:

Esta é uma das casas que nos deste à oração para que a tua benção nos clareie o caminho. Ensina-nos a construir dentro dela o lar dos nossos corações, em cuja doce intimidade aprendamos de ti a bondade e a renúncia, o devotamento e a compaixão.

Que dela faças um lugar consagrado a teu serviço, onde estejamos contigo, de alma descerrada aos sofrimentos e necessidades do próximo, a fim de que os nossos irmãos de humanidade aqui te encontrem a Celeste Presença.

Ajuda-nos a exaltá-la, através do respeito à nossa própria consciência para que ela seja dignificada na veneração dos outros.

Discípulos do Espiritismo que te restauram na Terra a Doutrina da Luz, faz-nos compreender que o Centro Espírita é um templo de trabalho educativo e de solidariedade humana, onde a honra do teu nome está empenhada nas nossas mãos.

Induz-nos à concórdia e à simplicidade, para que a separação e o orgulho não nos arrojem às trevas.

Desperta-nos o sentimento e o raciocínio com as tuas lições, para que tenhamos o coração e o cérebro sintonizados no verdadeiro bem, escalando os degraus da caridade e da cultura no rumo da Sabedoria e do Amor que nos aguardam na imortalidade vitoriosa.

Senhor, não desconhecemos que os nossos próprios enganos podem obscurecer-nos o entendimento, imobilizando-nos os passos nos labirintos da sombra.

Auxilia-nos, assim, a cultivar o carácter acima da convicção e o exemplo acima das palavras.

Mergulha as raízes da nossa existência nas águas da tua misericórdia, para que a fraternidade frutifique nos nossos dias e inspira-nos a humildade para que não vivamos distraídos na ilusão.

Concede-nos a alegria incessante do serviço, a fim de que sejamos agradecidos ao suor e às lágrimas dos companheiros que lutaram e sofreram, antes de nós, para que este santuário se erga em teu nome e compadece-te de nossas mãos no arado dos nossos deveres, para que sejamos fiéis à tua confiança, hoje e sempre.

Emmanuel

(Psicografia de Francisco Cândido Xavier)

Introdução

No decorrer do Conselho Federativo Nacional, realizado na sede da Federação Espírita Portuguesa (FEP) em Dezembro de 1996, foram apresentados alguns trabalhos com propostas ou sugestões, quanto à necessidade da FEP organizar um manual com normas de orientação para a organização e manutenção de tarefas administrativas e espirituais no Centro Espírita.

Com base na proposta da Comissão nomeada pela FEP, as Associações da Região do Porto apresentam um documento mais abrangente, cujo conteúdo aborde os aspectos mais burocráticos com vista à legalização junto do Estado, as possíveis actividades espirituais a implementar e seu funcionamento, e ainda as relações humanas no Centro Espírita.

Historiando os fundamentos da criação de Instituições Espíritas, importa referir que Allan Kardec não se encontrava preocupado com a sua fundação quando elaborou a primeira obra básica, “O Livro dos Espíritos”, editada em 1857.

O mesmo não se pode afirmar depois do lançamento da segunda obra, “O Livro dos Médiuns”, em 1861. Para o facto, muito deve ter contribuído a viagem que realizou em 1860 a Lyon e a outras cidades francesas e as próprias experiências no seio dos trabalhos da **Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas, fundada por Allan Kardec a 1 de Abril de 1858**; foi a primeira Associação Espírita oficialmente constituída no mundo.

A necessidade levou então Allan Kardec a iniciar pela Revista Espírita, fundada também em 1858, os comentários sobre as responsabilidades das futuras agremiações espíritas, e posteriormente a incluir no “Livro dos Médiuns” observações a respeito, culminando por fazer constar dele os Regulamentos da Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas. A história e a natureza do Centro Espírita estão, assim, relacionados com a própria história do Espiritismo.

CAPÍTULO I

DOCTRINA ESPÍRITA OU ESPIRITISMO

1.1 Sua Definição

1.1.1 “O Espiritismo é, ao mesmo tempo, uma ciência de observação e uma Doutrina filosófica. Como ciência prática consiste nas relações que se estabelecem entre nós e os Espíritos; como filosofia, compreende todas as consequências morais que dimanam dessas mesmas relações”. (Allan Kardec). Podemos tomar o Espiritismo como um triângulo de forças espirituais. A Ciência e a Filosofia vinculam à Terra essa figura simbólica, porém, a Religião é o ângulo divino que a liga ao céu. No seu aspecto científico e filosófico, a doutrina será sempre um campo nobre de investigações humanas, como outros movimentos colectivos de natureza intelectual que visam o aperfeiçoamento da Humanidade. No aspecto religioso, todavia, repousa a sua grandeza divina, por constituir a restauração do Evangelho de Jesus Cristo, estabelecendo a renovação definitiva do homem, para a grandeza do seu imenso futuro espiritual.” (Emmanuel)

1.1.2 “É a Religião da Filosofia, a Filosofia da Ciência e a Ciência da Religião”. (Vianna de Carvalho).

1.1.3 A Doutrina Espírita difere de todas as religiões conhecidas, por demonstrar a lógica dos seus ensinamentos através de experiências científicas e por apresentar uma filosofia também ela baseada em experiências e observações. Doutrina religiosa, *sem dogmas, liturgias, símbolos, sacerdócio organizado. Não adopta paramentos, ou vestes especiais; vinho ou qualquer bebida alcoólica; incenso, mirra, defumadouros; altares, imagens, talismãs, amuletos, orações miraculosas, escapulários, andores, velas ou quaisquer outros objectos de atracção do público; hinos ou cânticos em línguas mortas ou exóticas; danças, procissões e actos análogos; pagamento de qualquer graça obtida pelo próximo; administração de sacramentos, concessão de indulgências e distribuição de títulos nobiliárquicos; a confecção de horóscopos, cartomancia, quiromancia, rituais ou encenações; fazer ou desfazer promessas, rézinhas, magias brancas ou negras.*

O fenómeno mediúnico pode surgir em qualquer meio, podendo conduzir a

criatura ao Espiritismo, porém, a consolidação da crença, o conhecimento das leis que presidem os destinos do homem e a perfeita assimilação da Doutrina Espírita só se torna possível com o estudo das obras de Allan Kardec e das que lhes são subsidiárias.

1.2- A origem do Espiritismo.

É Divina a sua origem, e podemos afirmar que ela é a Terceira Revelação, o Consolador proclamado por Jesus para os tempos novos, enviado à humanidade através dos Espíritos Superiores ao serviço do Cristo, cujos ensinamentos constituem as obras de Allan Kardec, mais conhecida por Codificação Espírita, composta pelos seguintes livros:

- **O Livro dos Espíritos**
- **O Livro dos Médiuns**
- **O Evangelho Segundo o Espiritismo**
- **O Céu e o Inferno**
- **A Gênese**

1.2.1. O vocábulo “Espírita” foi criado por Allan Kardec para definir aquele que professa o Espiritismo, explicando na introdução de “O Livro dos Espíritos” o seguinte: “Para as coisas novas necessitamos de palavras novas, pois assim o exige a clareza da linguagem, a fim de se evitar a confusão inerente ao múltiplo sentido dos próprios vocábulos”; “As palavras espiritual, espiritualista e espiritualismo têm um significado bem definido; dar-lhes um novo, para aplicá-lo à Doutrina dos Espíritos, seria multiplicar as causas já tão numerosas de anfibiologia. Com efeito, o espiritualismo é o oposto do materialismo: quem quer que acredite ter em si algo mais que a própria matéria é espiritualista. Não se infere daí que acredite na existência dos Espíritos ou nas suas comunicações com os encarnados. Adoptaremos para designar esta última crença as palavras espírita e espiritismo, nas quais a forma lembra a origem e o sentido radical e por isso mesmo têm a vantagem de ser perfeitamente inteligíveis, deixando para espiritualismo a sua significação própria”.

1.3 Não São Espíritas:

- Os que lucram, exploram ou enganam, em nome do Espiritismo;

- Os que se ocupam de cartomancia, sortilégios ou adivinhações para iludir os seus semelhantes;
- Os que mistificam ou se atribuem faculdades(falsas), em cujo fundo está o absurdo, o fanatismo ou outro interesse;
- Os que recebem, directa ou indirectamente, qualquer remuneração pela assistência que prestam ao seu semelhante;
- Quem quer que assim proceda “*Não é Espírita*”, embora como tal se confesse.
- O Espírita obedece rigorosamente ao preceito evangélico: “ **Dai de graça o que de graça recebestes!**”

CAPÍTULO II

Características

2.1. Sua Definição

2.1.1 O Centro Espírita deve ser casa de estudo, de fraternidade, de oração e de trabalho com base no Evangelho de Jesus à luz da Doutrina Espírita, onde crianças, jovens, adultos e mais idosos tenham oportunidade de conviver e fruir um clima de solidariedade e de paz.

2.1.2. O Centro Espírita deve proporcionar aos seus frequentadores, a oportunidade de exercitar o seu aprimoramento íntimo pela vivência do Evangelho, com a sua participação nos trabalhos de estudo, orientação, assistência espiritual e assistência social à medida das suas possibilidades.

2.1.3. O Centro Espírita deve criar condições para um eficiente atendimento a todos quantos o procurarem com o propósito de obter orientação, esclarecimento, ajuda ou consolação.

2.1.4. O Centro Espírita deve ser recanto de paz construtiva, onde estejam permanentemente presentes o respeito mútuo, a harmonia, a fraternidade resultante do trabalho solidário, minimizando divergências com a superação do personalismo individual ou de grupo, sob a recomendação de Jesus “Amai-vos uns aos outros”.

2.1.6 O Centro deve caracterizar-se pela simplicidade, tal como as primeiras

Casas divulgadoras dos postulados cristãos, com a total ausência de imagens, símbolos ou rituais.

2.1.7. O Centro Espírita deve constituir-se legalmente em regime de Associação e organizar-se para desenvolver com eficiência as suas actividades espirituais e as suas obrigações para com o Estado.

2.1.8 O Centro Espírita como elemento fundamental do Movimento Espírita, deve manter uma relação de entendimento, de harmonia e fraternidade com as demais Instituições Espíritas, procurando unir-se a todos com o propósito de confraternizar, promovendo realizações em conjunto com vista à permuta de experiências para aprimoramento das próprias actividades.

2.1.9 O Centro Espírita deve associar-se, promover e participar das actividades da União Espírita da sua região, colaborando assim na efectiva solidificação do Movimento Espírita Português.

CAPÍTULO III

Sua Fundação

3.1. Formalidades

3.1.1. Observância

Há determinadas providências indispensáveis à fundação de um Centro Espírita, as quais não podemos deixar de atender, tendo em vista as exigências das leis do Estado. As actividades da Instituição devem pautar-se pelo quadro legalmente estabelecido para o efeito, preparando-o de início para o cabal desempenho da sua missão, conforme se expõe nas alíneas seguintes.

3.1.2 Reuniões preliminares.

Os interessados na fundação de um Centro Espírita deverão realizar reuniões preliminares, a fim de planificarem a melhor estratégia para a concretização do objectivo que pretendem atingir.

3.1.3. Escolha do Nome.

Qualquer grupo de espíritas que se sinta animado pela vontade de fundar uma Associação Espírita com o nobre propósito de divulgar o Espiritismo, uma pergunta normalmente coloca de início: que nome escolher para a futura

Instituição?

A escolha do nome, como se depreende, é opcional e da inteira responsabilidade dos interessados, porém, deve traduzir a coerência dos postulados espíritas, adoptando uma denominação significativa e não contraditória, pois estará exposta à apreciação pública.

Registrar a Instituição, incluindo na sua denominação a palavra Espírita, é desde logo a afirmação dos ideais subjacentes à iniciativa dos seus fundadores, aos quais deve nortear para além da palavra em si, a convicção sincera de fidelidade à Doutrina Espírita. Neste âmbito e a título de exemplo, apresentamos alguns nomes onde a coerência ou contradição ressaltam desde logo:

a. Coerentes:

- “Centro de Estudos Espíritas do Porto”
- “Associação Espírita Alvorada Nova”

b. Contraditórios:

- “Centro Espírita S. João Apóstolo”
- “Associação Espírita Virgem Santíssima”

Se os alicerces de uma obra são bem executados, o seu progresso é inevitável. O Centro Espírita não começa pelo nome, porém, a denominação é uma definição excelente como ponto de partida.

3.1.4. Pedido de Certificado de Admissibilidade de Denominação

Depois de apurado o nome da futura Instituição, deve ser enviado ao Registo Nacional de Pessoas Colectivas o pedido de certificado de admissibilidade da denominação da Associação, através de formulário próprio, adquirido em Conservatória de Registo Comercial.

3.1.5. Cartão de Identificação de Pessoa Colectiva

Para a obtenção do Cartão de Identificação de Pessoa Colectiva, deve ser enviado ao Registo Nacional de Pessoas Colectivas o Pedido de Inscrição / Cartão de Identificação, através do formulário próprio.

3.1.6. Projecto de Estatutos

a. O modelo de Estatutos apresentado encontra-se em conformidade com as normas previstas no Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro.

- b.** Embora os Estatutos do Centro Espírita sejam elaborados segundo as normas previstas para as IPSS, o seu registo como tal é improvável, visto os fins que prossegue não serem exclusivamente de acção social.
- c.** Os Estatutos deverão registar os elementos essenciais, remetendo-se para um Regulamento Complementar Interno, a especificação e a organização dos trabalhos e demais matérias de interesse.
- a.** Importa informar que os Estatutos devem ser elaborados de forma a perdurarem actualizados no tempo, salvaguardando os aspectos mais importantes ao seu funcionamento, preparando-os para a evolução e dinâmica natural da Instituição, facto que implica leitura mais ampla, reflexão mais profunda e clareza de intenções no que respeita aos superiores objectivos do Centro Espírita.

3.1.7 Estatutos

- a.** Sugestão para elaboração de Estatutos no Capítulo IV

3.1.8 Programa de Trabalhos

- a.** Estudo, reflexão e preparação de um ante-projecto referente à organização das actividades administrativas e espirituais, a apresentar a debate e votação na Assembleia de Fundação.
- b.** As principais actividades administrativas e respectivas funções individuais respeitantes aos Corpos Sociais encontram-se definidas pelos Estatutos.
- c.** Aquelas que respeitam às actividades espirituais são mencionadas no Capítulo VI

3.1.9. Associados do Centro Espírita a fundar.

- a.** Deve ser elaborada uma lista de aderentes à iniciativa, que formalizarão de livre vontade e logo após a abertura da Assembleia de Fundação, o estatuto de associado da Instituição, o que lhes permitirá votar naquela reunião como parte integrante do património social do Centro.
- b.** Expedição de convites aos futuros associados, cujos nomes façam parte da lista de aderentes. O convite deve mencionar a data, hora e local de funcionamento da Assembleia e ainda a ordem de trabalhos, da qual deve constar a formalização da fundação do Centro ou Associação Espírita...; formalização do corpo inicial de associados; proposta e votação dos valores da jóia e respectiva quotização;

apresentação, debate e votação dos estatutos; apresentação, debate e votação do programa de trabalhos administrativos e espirituais a implementar.

c. Preparação do livro de actas da Assembleia Geral, destinado à reunião de fundação. Poderá ser adquirido numa papelaria e a sua preparação consiste em fazer o “termo de abertura” na página 1, e o termo de encerramento na última página numerada, ficando assim em condições de ser utilizado naquela assembleia.

3.1.10. Assembleia Geral de Fundação.

a. Antes do início da Assembleia, destacar um elemento fundador que possa fazer um relato circunstanciado da iniciativa aos presentes, propondo para formação da Mesa os candidatos previstos na lista dos Corpos Sociais para desempenharem aquelas funções. A partir da eleição o Presidente da Mesa da conduzirá os trabalhos em conformidade com as competências atribuídas estatutariamente.

b. Após a Assembleia de Fundação, a Direcção eleita deverá marcar a respectiva escritura junto de um Cartório Notarial, que por sua vez enviará cópia autenticada à Direcção da Associação, Governo Civil, e Diário da República para publicação.

c. Depois de se inteirar dos respectivos prazos, a Direcção deve resgatar junto do Governo Civil do distrito a certidão comprovativa da sua inscrição naquele organismo, documento que lhe conferirá a legalidade necessária ao seu funcionamento.

d. Junto da Câmara Municipal deverão obter o licenciamento para funcionamento público, solicitando nesta fase se o entenderem , a licença necessária para colocação de reclame para identificação pública do Centro Espírita.

e. Relativamente ao regime fiscal e contabilístico, deverão consultar a Federação Espírita Portuguesa que detém um estudo apresentado num seminário realizado para o efeito. Dirigir-se também à respectiva Repartição de Finanças para inscrição e obtenção do licenciamento fiscal da Instituição é uma das iniciativas imprescindíveis.

f. Importa ainda lembrar a requisição dos contadores da água e de energia eléctrica junto dos serviços competentes.

g. Concretizadas as iniciativas expostas ao longo da alínea 2.2, o Centro Espírita encontra-se legalmente constituído a funcionar, a bem de quantos o procurarem

em busca de amparo e consolo.

CAPÍTULO IV

Condições para o seu Funcionamento

4.1. Planificação

4.1.1. O Centro Espírita deve funcionar sob organização própria e de acordo com a lei vigente, compatível com os seus objectivos e tarefas, estruturando-o de forma a atender as finalidades do Movimento Espírita.

4.1.2. Programar as actividades do Centro Espírita por forma a estabelecer também as indispensáveis metas para as diversas tarefas da Instituição, planeando e avaliando periodicamente os seus resultados.

4.1.3. Organizar as actividades da Instituição por forma a facilitar a participação efectiva dos frequentadores naquelas iniciativas.

4.1.4. Estabelecer e desenvolver processos de trabalho em equipa.

4.1.5. Dotar o Centro Espírita de locais e ambientes adequados, por forma a atender prioritariamente as tarefas de maior necessidade.

4.1.6. Empenharem-se todos os trabalhadores, com particular destaque os dirigentes, para que as actividades exercidas no âmbito do Movimento Espírita em geral sejam gratuitas, e em particular as de âmbito doutrinário e espiritual, excluindo-se, portanto, qualquer espécie de remuneração.

4.1.7. Não envolver a Instituição em quaisquer actividades incompatíveis com a Doutrina Espírita.

4.1.8. Aceitar somente os auxílios, doações e contribuições, ou assumir protocolos de cooperação de qualquer natureza ou procedência, desvinculados de compromissos que desvirtuem os nobres objectivos da Doutrina Espírita e ponham em causa a total independência da Instituição.

4.1.9. Promover a difusão do livro Espírita.

4.1.10. Utilizar os meios de comunicação social para a difusão da Doutrina Espírita, através da qual se esclareça a sociedade com rigor e fidelidade sobre os superiores objectivos da mesma, marcando inequivocamente a diferença entre Espiritismo e mediunismo.

4.1.11. Participar efectiva e activamente nas actividades do Movimento Espírita

Português, conjugando esforços e experiências com as demais Instituições da mesma região, perspectivando a divulgação dignificante dos seus ideais no seio da comunidade a que pertencem.

CAPÍTULO V

Organização

5.1. Actividades básicas

5.1.1. Para o fim em vista, importa que o Centro Espírita possua as condições que permitam promover com fidelidade a explanação e o estudo metódico e sistemático da Doutrina Espírita no seu tríplice aspecto – Filosófico, Científico e Ético-Religioso, consubstanciada na Codificação Kardecista.

5.1.2. Promover a explanação e o estudo metódico e sistemático do Evangelho segundo o Espiritismo.

5.1.3. Promover a evangelização da criança à luz da doutrina Espírita.

5.1.4. Incentivar e orientar o jovem para o estudo e a prática da Doutrina Espírita, favorecendo-lhe a integração nas tarefas desenvolvidas pela Instituição.

5.1.5. Promover a divulgação da Doutrina através do livro, folhetos ou boletins de informação doutrinária.

5.1.6. Promover o estudo da mediunidade em condições de oferecer orientação segura para as actividades mediúnicas.

5.1.7. Realizar actividades de assistência espiritual com a utilização dos recursos oferecidos pela Doutrina Espírita, incluindo reuniões mediúnicas privadas de desobsessão.

5.1.8. Manter um trabalho de recepção e atendimento fraterno através do diálogo, com vista ao esclarecimento, orientação e amparo às pessoas que procuram frequentar o Centro Espírita.

5.1.9. Promover o serviço de assistência social espírita, assegurando as suas características beneficentes, conjugando a ajuda material e espiritual, empenhando-se no seu desenvolvimento em concomitância com o atendimento às necessidades de evangelização.

5.1.10. Incentivar e orientar os frequentadores da Instituição à realização do Culto do Evangelho no Lar.

5.1.11. Promover a arte espírita em geral, criando condições para a organização de um grupo coral, de teatro, pintura ou poesia.

5.1.12. Organizar uma Biblioteca, divulgá-la e promovê-la junto dos trabalhadores e frequentadores em geral.

5.1.13 O Capítulo VI sugere a estrutura para a organização de actividades doutrinárias no Centro Espírita.

CAPÍTULO VI

Actividades Doutrinárias

6.1 Reunião de Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita

6.1.1 Esta reunião de **carácter privado** está vocacionada para pequenos grupos, objectivando o estudo metódico e contínuo da Doutrina Espírita, com programação previamente elaborada, com base na Codificação.

a. Constituição da Mesa da Reunião:

- Um Dirigente
- Um ou dois auxiliares
- Vinte instruendos (nº máximo aconselhado)

b. Preparação do ambiente espiritual:

- Recomenda-se a leitura de página espírita
- Tempo: 5 minutos (máximo)

c. Prece Inicial:

- A prece inicial deve ser curta e simples, e será proferida pelo dirigente da reunião ou por quem este designar.
- Tempo: 2 minutos

d. Estudo Doutrinário

- Consiste no estudo das obras básicas da Doutrina Espírita, em especial de “O Livro dos Espíritos”, “O Evangelho Segundo o Espiritismo” e “O Livro dos Médiuns”, obedecendo a programa previamente estabelecido.
- Tempo de duração: 45 a 50 minutos

e. Prece Final:

- A prece final deve ser curta e simples, e será proferida pelo dirigente da

reunião ou por quem este designar.

- Tempo: 3 minutos

f. Recomendações:

- O tempo de duração da reunião não deve exceder a 1 hora e trinta minutos.
- Para a realização deste trabalho deve ser elaborado um programa mensal, trimestral ou anual .
- Desta reunião devem participar não só os frequentadores interessados no conhecimento da Doutrina, mas fundamentalmente, os trabalhadores do Centro Espírita.
- O(s) grupo(s) deve(m) ser constituído(s), de preferência, com o número máximo de vinte elementos para permitir maior participação e aproveitamento no estudo.
- As técnicas modernas de trabalho em grupo, vulgarizadas no ensino actual, poderão ser usadas com o devido critério neste trabalho.
- Deve ser estimulada a participação de todos os elementos do grupo através do diálogo, da leitura e da pesquisa dos assuntos em estudo.
- Tendo em vista os objectivos desta reunião, devem ser evitadas as comunicações de Espíritos.
- Aplicam-se a este Capítulo as “Recomendações Gerais” a ele referentes.

6.2 Reunião de Estudo Doutrinário

6.2.1 Esta reunião de **carácter público** objectiva o estudo organizado e permanente da Doutrina Espírita, com base na Codificação Kardecista e programação previamente elaborada.

a. Constituição da Mesa da Reunião

- Dirigente da reunião
- Um ou dois expositores escalados com antecedência, pertencentes ou não à Instituição.

b. Preparação do ambiente espiritual

- Recomenda-se a leitura de página espírita
- Tempo: 5 minutos (máximo)

c. Prece Inicial

- A prece inicial deve ser curta e simples, e será proferida pelo dirigente da reunião ou por quem este designar.

- Tempo: 2 minutos

d. Estudo Doutrinário

- Leitura e explanação de perguntas e respectivas respostas, ou de trecho previamente programados de “O Livro dos Espíritos”.

- Tempo: 25 minutos

- Leitura e explanação de um trecho previamente programado de “O Evangelho Segundo o Espiritismo”.

- Tempo: 25 minutos

- 15 minutos para colocação de perguntas sobre os temas abordados.

e. Prece Final

- A prece final deve ser curta e simples, e será proferida pelo dirigente da reunião ou por quem este designar.

- Tempo: 2 minutos

f. Recomendações

- O tempo de duração da reunião não deve exceder 1 hora e trinta e cinco minutos.

- A Direcção do Centro Espírita deverá elaborar um programa mensal, trimestral ou anual para o Estudo Doutrinário. Os expositores escalados deverão receber o tema com antecedência, possibilitando-lhes o seu estudo.

- Os expositores convidados deverão ser credenciados em matéria doutrinária, facto de que se devem inteirar os dirigentes da Instituição.

- Existindo dois expositores na mesa, o trabalho deverá ser dividido por ambos.

- Aplicam-se a este Capítulo as “Recomendações Gerais” a ele referentes.

6.3 Reunião de Divulgação Doutrinária

6.3.1 Esta reunião de carácter público, destina-se a palestras ou conferências para divulgação da Doutrina Espírita no seu tríplice aspecto.

a. Constituição da Mesa da Reunião

- Dirigente da Reunião
- Palestrante ou conferencista

b. Preparação do ambiente espiritual

- Recomenda-se a leitura de página espírita
- Tempo: 5 minutos (máximo)

c. Prece Inicial

- A prece inicial deve ser curta e simples, e será proferida pelo dirigente da reunião ou por quem este designar.
- Tempo: 2 minutos

d. Palestra

- O tema da palestra, previamente escolhido, deverá ser sempre baseado nas obras da Codificação Espírita.
- Tempo: 45 minutos (máximo)
- 15 minutos para colocação de perguntas sobre os temas abordados.

e. Prece Final

- A prece Final deve ser curta e simples, e será proferida pelo dirigente da reunião ou por quem este designar.
- Tempo: 2 minutos

f. Recomendações

- O tempo de duração da reunião não deve exceder 1 hora e quinze minutos, salvo, se o dirigente permitir a colocação de perguntas ao palestrante sobre o tema apresentado, antes da prece de encerramento, estabelecendo para o efeito o tempo de quinze minutos.
- O acesso à tribuna doutrinária deve ser facultado somente a palestrantes ou conferencistas credenciados em matéria doutrinária, facto de que se devem inteirar os dirigentes da Instituição, a fim de não se acumpliciarem, inadvertidamente, com princípios estranhos aos postulados espíritas.
- Manter no recinto os recursos audio-visuais ou outros, como o quadro de giz, para uso do expositor na divulgação do tema escolhido.
- Se o palestrante ou conferencista fizer afirmações contrárias aos princípios da Doutrina Espírita, é dever do dirigente da reunião esclarecer devidamente o assunto com fundamento na própria Doutrina.
- No âmbito da alínea f 4, Recomenda-se a leitura do livro “Conduta Espírita”,

de André Luiz, com destaque para os capítulos “Do dirigente de reuniões doutrinárias” e “na tribuna”.

- Evitar manifestações ruidosas, susceptíveis de gerarem mau ambiente no recinto.
- Aplicam-se a este Capítulo as “Recomendações Gerais” a ele referentes.

6.4 Reunião de Assistência Espiritual

6.4.1 Esta reunião é de carácter público e destina-se à aplicação de passes, antecedida porém de pequena prelecção evangélica à luz da Doutrina Espírita.

a. Constituição da Mesa da Reunião

- Dirigente da reunião
- Um expositor escalado com antecedência para palestrar sobre o Evangelho.

b. Preparação do ambiente espiritual

- Recomenda-se a leitura de página espírita
- Tempo: 5 minutos (máximo)

c. Prece Inicial

- A prece inicial deve ser curta e simples, e será proferida pelo dirigente da reunião ou por quem este designar.
- Tempo: 2 minutos

d. Explanação do Evangelho

- Consiste na leitura e comentário, pelo expositor, do trecho previamente programado de “O Evangelho Segundo o Espiritismo”.
- Tempo: 20 a 25 minutos
- A explanação do Evangelho Segundo o Espiritismo, visa o convite à reforma moral dos frequentadores e à mobilização de recursos terapêuticos espirituais a aplicar aos necessitados presentes.

e. Aplicação de passes

- Após a explanação do Evangelho, e atendendo à recomendação de Jesus “se impuserem as mãos sobre os enfermos eles serão curados”.
- 1ª Alternativa: O passe será aplicado às pessoas que o desejarem, e para o fim em vista, o dirigente da reunião solicitará a retirada do recinto em silêncio, daqueles que não sentirem necessidade do tratamento.

- 2ª Alternativa: O passe será aplicado somente às pessoas a quem os benfeitores espirituais recomendarem tratamento mais específico; o dirigente da reunião solicitará a retirada do recinto em silêncio, daqueles que cuja necessidade não é tão premente.
- Para o início do tratamento, o dirigente e os assistidos farão uma breve rogativa aos benfeitores espirituais para o trabalho a realizar, e ainda para a fluidificação da água destinada aos necessitados.
- De seguida, o passe será aplicado individualmente, de preferência em recinto próprio para essa tarefa.
- O passe deverá ser aplicado com simplicidade, evitando-se a gesticulação exagerada, a respiração ofegante, o bocejo continuado e o toque no paciente.

f. Prece Final

- A prece Final deve ser curta e simples para agradecimento dos benefícios recebidos, e será proferida pelo dirigente da reunião ou por quem este designar.
- Tempo: 2 minutos.

g. Recomendações

- Aos dirigentes dos trabalhos deve ser solicitado razoável conhecimento doutrinário e comportamento moral evangélico seguro, a fim de inspirar confiança e respeito dos frequentadores.
- Ser cordial, atencioso e humilde no relacionamento com trabalhadores e frequentadores é outro requisito importante para o dirigente, visto ser a sua tarefa de igual importância à dos demais.
- Ao dirigente cabe solicitar o indispensável silêncio e recolhimento aos frequentadores antes do início dos trabalhos; observar a pontualidade para o início dos trabalhos; garantir a entrega do programa mensal, trimestral ou anual elaborado pela Direcção, no qual se inclua o tema a ser exposto; interditar, sempre que necessário, a presença de enfermos portadores de moléstias contagiosas nos trabalhos em grupo, dispensando-lhes contudo em separado o necessário auxílio.

- Os expositores farão parte de uma escala própria para este fim, lembrando-se para o efeito que devem possuir conhecimentos doutrinários e capacidade de comunicação.
- Ser condição essencial para admissão de qualquer trabalhador, que este frequente, no mínimo, a Reunião do Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita,
- Na equipa de assistentes devem ser admitidos apenas aqueles que tenham completado a Reunião de Estudo e Educação da Mediunidade, e frequentem a Reunião do Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita, apresentando por isso algum conhecimento doutrinário e consciência do compromisso abraçado, e se estiverem espiritualmente preparados para a tarefa.
- Na aplicação de passes devem ser evitadas manifestações de Espíritos.
- Os assistentes não deverão atender pedidos de orientação ou consultas formuladas pelos enfermos, no decorrer daquele trabalho, encaminhando-os porém para o trabalho adequado.
- O tratamento e aplicação de passes deve ser devidamente esclarecido junto dos assistentes quanto à sua finalidade e importância, razão pela qual se pedirá silêncio e recolhimento a todos, antes e durante o tratamento.
- No âmbito da alínea anterior, dispensar o esclarecimento que evite a eventual preferência por determinado assistente na aplicação do passe.
- Se houver algum paciente que encontre impossibilitado de se deslocar ao Centro Espírita para receber a aplicação de passes, a Instituição deverá providenciar para que desloque à residência daquele uma equipa preparada para dispensar a aplicação do passe.

6.5 Reunião de Atendimento Pessoal

6.5.1 Esta reunião é de carácter público, destinando-se ao atendimento personalizado daquelas pessoas que procuram obter ajuda para a solução dos seus problemas, antecedida porém de pequena prelecção evangélica à luz da Doutrina Espírita.

a. Constituição da Mesa da Reunião

- Dirigente da reunião
- Um expositor escalado com antecedência para palestrar sobre o Evangelho.

b. Preparação do ambiente espiritual

- Recomenda-se a leitura de página espírita
- Tempo: 5 minutos (máximo)

c. Prece Inicial

- A prece inicial deve ser curta e simples, e será proferida pelo dirigente da reunião ou por quem este designar.
- Tempo: 2 minutos

d. Explicação do Evangelho

- Consiste na leitura e comentário, pelo expositor, do trecho previamente programado de O Evangelho Segundo o Espiritismo ou do Livro dos Espíritos.
- Tempo: 20 a 25 minutos
- A explicação doutrinária com base naquelas obras literárias, visa ambientar os assistentes aos postulados espíritas, convidando-os à reforma moral dos frequentadores e à mobilização de recursos terapêuticos espirituais a aplicar aos necessitados presentes.
- O atendimento visa receber fraternalmente e em privado, a pessoa que procura o Centro Espírita, proporcionando-lhe a oportunidade de expor livremente as suas dificuldades.
- Facultar-lhe após avaliação ponderada do problema, as orientações adequadas às dificuldades apresentadas, encaminhando-a para as actividades do Centro Espíritas onde melhor poderá integrar-se no conhecimento dos postulados espíritas, acompanhando-a com regularidade, estimulando-a a prosseguir e a lutar contra as adversidades no âmbito dos conhecimentos espirituais que for adquirindo.

e. Prece Final

- A prece Final deve ser curta e simples para agradecimento dos benefícios recebidos, e será proferida pelo dirigente da reunião ou por quem este designar.
- Tempo: 2 minutos.

f. Recomendações

- O trabalhador espírita em geral e no caso em pauta em particular, deve ser portador de razoável conhecimento doutrinário de conduta moral e evangélica

segura; deve ter sempre presente que o aspecto principal desta sua tarefa é o de ouvir e orientar, carinhosamente, as pessoas que procuram o Centro Espírita; que a afabilidade e a brandura devem ser o meio do seu relacionamento, visto que o entrevistado procura amparo e calor espiritual para o seu problema; a simplicidade deve ser uma das suas características para facilitar a relação com o assistido; jamais julgar ou comentar sobre as pessoas que atende, pois a sua missão é procurar consolar os aflitos.

- O diálogo a encetar poderá ocorrer no próprio salão dos trabalhos, porém, em local distante das demais pessoas, com vista à preservação da intimidade e aflições do assistido.
- Ao trabalhador cabe ouvir primeiro o assistido, procurando conduzir o diálogo para aspectos que julgue importantes para melhor orientação nas suas dificuldades e anseios.
- O trabalhador deve fundamentar doutrinariamente as suas respostas no esclarecimento dos problemas expostos, com destaque para o Evangelho quando procurar consolar, apoiar e orientar fraternalmente o irmão aflito.
- Destacar ao assistido que apesar das suas melhoras dependerem de vários factores, o mais importante deles é o seu próprio esforço.
- Para além da eventualidade de necessitar de um tratamento espiritual específico, sugerir ao assistido a frequência das Reuniões de Estudo e Divulgação Doutrinária, onde poderá obter maiores conhecimentos dos postulados espíritas.

6.6 Reunião de Estudo e Educação Mediúnica

6.6.1 Esta reunião de carácter privativo, destina-se ao estudo e à educação da mediunidade pelos portadores de faculdades mediúnicas, com vista a adquirirem o necessário conhecimento para o exercício daquelas faculdades em harmonia com os princípios da Doutrina Espírita.

a. Constituição da Mesa da Reunião

- Dirigente da Reunião
- Um ou dois auxiliares
- Vinte e cinco instruendos (nº máximo aconselhado)

b. Preparação do ambiente espiritual

- Recomenda-se a leitura de página espírita
- Tempo: 5 minutos (máximo)

c. Prece Inicial

- A prece inicial deve ser curta e simples, e será proferida pelo dirigente da reunião ou por quem este designar.
- Tempo: 2 minutos

d. Estudo Doutrinário

- Estudo programado do Livro dos Espíritos, do Evangelho Segundo o Espiritismo, abordando o aspecto mediúnico com base no Livro dos Médiuns e obras subsidiárias.
- Tempo: 40 minutos

e. Experiência Mediúnica

- A prática mediúnica nas suas várias modalidades, far-se-á de forma ordenada, sob orientação do dirigente da reunião.
- Dedicar os últimos cinco minutos à emissão de radiações de carácter geral, lembrando a paz no mundo, a confraternização religiosa, os doentes, etc.
- Tempo: 45 minutos

f. Prece Final

- A prece Final deve ser curta e simples para agradecimento dos benefícios recebidos, e será proferida pelo dirigente da reunião ou por quem este designar.
- Tempo: 2 minutos.

g. Avaliação

- Após a prece final deverá ser efectuada uma avaliação geral do trabalho, onde cada participante poderá relatar o que sentiu ou percepcionou durante a reunião, oferecendo assim subsídios para o dirigente dos trabalhos na tarefa de acompanhar a evolução das experiências.
- Tempo: A duração desta reunião não deve exceder 1.30H

h. Recomendações

- Deve ser elaborado programa para o estudo doutrinário desta reunião,

distribuindo-se por todos os manuais recomendados pela Federação Espírita Portuguesa, possibilitando-lhes o estudo prévio das respectivas matérias.

- As manifestações psicofónicas não devem acontecer simultaneamente; os médiuns exercitarão o controle, manifestando-se ordenada e individualmente.
- Aos frequentadores não deve ser permitida qualquer actividade mediúnica fora do Centro Espírita.
- Aos menores está vedado o acesso a estas reuniões.
- Jamais a evocação de qualquer entidade espiritual dentro e fora dos trabalhos.
- Ao espírito comunicante não deve ser solicitada a sua identidade.
- Os auxiliares devem possuir igualmente fortes conhecimentos doutrinários e preparação para o indispensável apoio ao dirigente e eventual substituição por impedimento daquele.
- O candidato à Reunião de Estudo da Mediunidade se em condições espirituais, deve frequentar inicialmente as Reuniões de Estudo Doutrinário.
- Se for portador de fortes perturbações espirituais, depois de aferido o problema na Reunião de Atendimento Pessoal, deve ser encaminhado para as Reuniões de Assistência Espiritual e Desobsessão do Centro Espírita, e desaconselhado a frequentar a Reunião de Estudo da Mediunidade.

i. O Dirigente

- Deve ponderar com especial atenção as comunicações transmitidas, e acatá-las somente pelos conceitos, verificando o enquadramento à essência doutrinária.
- Evitar o desejo de permanente intercâmbio com os Benfeitores Espirituais, expondo-lhes assuntos que deva por dever resolver por si próprio.
- Precaver-se contra a cega rendição à vontade exclusiva de qualquer espírito, devendo para o efeito privilegiar o estudo doutrinário para sua segurança nas funções para que foi investido.
- Não desempenhar em circunstância alguma a dupla tarefa de médium e dirigente, por não poder atender condignamente à condição de dirigente naquela Reunião.

- Não forçar, nem permitir a insistência junto dos médiuns para que recebam as entidades espirituais. Cabe aos Benfeitores a programação da comunicação dos Espíritos enfermos, orientando-se os médiuns para que se mantenham confiantes e humildes, evitando excessos de escrúpulos ou receios de mistificação que mais prejudicarão o objectivo do trabalho.
- Não permitir a entrada de pessoa alguma, depois de iniciados os trabalhos.

6.7 Reunião de Desobsessão

6.7.1 Esta reunião de carácter privativa, visa auxiliar encarnados e desencarnados envolvidos em processos de reajuste e à protecção do Centro Espírita contra as investidas de espíritos avessos à Doutrina.

a. Constituição da Mesa da Reunião

- Dois a quatro médiuns esclarecedores, incluindo o dirigente do trabalho; dois a quatro assistas; quatro a seis médiuns psicofónicos

b. Preparação do ambiente espiritual

- Os livros para leitura preparatória serão de preferência O Evangelho Segundo o Espiritismo e O Livro dos Espíritos.
- Leitura de obra subsidiária que comente os ensinamentos de Jesus à luz da Doutrina Espírita, como por exemplo: “Pão Nosso”, “Vinha de Luz”, “Fonte Viva”, etc.
- No âmbito das alíneas anteriores, a leitura deve constituir-se preferencialmente de um trecho do Evangelho ou do Livro dos Espíritos, e de outro de um dos livros sugeridos.
- Tempo: 15 minutos (máximo)
- Antes da Prece Inicial, o dirigente deverá diminuir o grau de intensidade de luminosidade ambiente.

c. Prece Inicial

- A prece inicial deve ser curta e simples, e será proferida pelo dirigente da reunião ou por quem este designar.
- Tempo: 2 minutos

d. Desenvolvimento dos trabalhos

- Manifestação inicial do mentor; logo após a prece inicial, a equipa aguardará

Orientação ao Centro Espírita

a comunicação do mentor do grupo através do médium psicofónico designado para o efeito, seguindo-se o atendimento aos espíritos enfermos.

- A orientação reeducativa a cada desencarnado em desequilíbrio, salvo situações de excepção, não se deve alongar para além dos dez minutos.
- Tempo: 1.00H
- Terminada a tarefa de desobsessão, o dirigente convidará o grupo a emitir vibrações de amor e paz em favor dos que sofrem, podendo um dos elementos proferir uma oração em voz alta a favor dos enfermos atendidos, e de todos quantos se encontrarem em sofrimento.
- Tempo: 5 minutos
- Terminada a radiação, os assistas aplicarão passes aos restantes elementos do grupo.
- De seguida e após acomodação de todos os elementos, o grupo aguardará a comunicação do mentor, ou de algum instrutor que pretenda deixar orientação edificante para estudo e meditação do grupo de trabalho.
- Na eventualidade de não se registar qualquer comunicação do mentor, o dirigente fará ou convidará um dos tarefeiros a proferir a oração final.

e. Prece Final

- A prece Final deve ser curta e simples para agradecimento dos benefícios recebidos.
- Tempo: 2 minutos.

f. Encerramento

- Terminada a prece final, o dirigente, com uma breve frase dará por encerrada a reunião da noite, e avivará a luz do recinto.
- *Importante:* A reunião pode terminar antes do prazo de duas horas, a contar da prece inicial, mas deve-se evitar exceder aquele limite de tempo.

g. Recomendações

- Abster-se da realização de sessões públicas para assistência a desencarnados sofredores, visto ser falta de caridade tal procedimento para com os próprios Espíritos socorridos, que sentem, torturados, o comentário mal são em torno do seu próprio infortúnio.

Orientação ao Centro Espírita

- Evitar, tanto quanto possível, sessões sistematizadas de desobsessão, sem a presença de dirigentes que reúnam, em si, moral evangélica e suficiente conhecimento doutrinário.
- A pontualidade é sempre um dever, mas na desobsessão assume carácter solene.
- A desobsessão deve ser praticada no Centro Espírita, e não fora dele. Ali, os benfeitores espirituais desencarnados conseguem localizar recursos avançados do plano espiritual para o socorro a obsidiados e obsessores.
- Os tarefeiros que integram a equipe necessitam cultivar uma atitude mental digna, desde cedo, principalmente no dia marcado para a tarefa de desobsessão.
- A alimentação, durante as horas que precedem o serviço de intercâmbio espiritual, será leve.
- Após o trabalho profissional ou doméstico, braçal ou mental, o tarefeiro da desobsessão deve organizar o seu horário de actividades, por forma a ter a possibilidade de descansar um pouco, a fim de refazer as forças físicas e espirituais.
- Durante alguns minutos, no mínimo, horas antes da actividade espiritual, todo o tarefeiro do grupo deve dedicar-se à oração e à meditação.
- O serviço de desobsessão aos necessitados deve ser precedido de atendimento pessoal (ou de familiares se o enfermo não possuir as mínimas condições) para apreciação e ponderação do caso. Ter sempre presente a importância do acompanhamento do obsidiado, ministrando-lhe orientação evangélica e doutrinária, recomendando oração, vigilância e estudo dos postulados espíritas à medida das suas possibilidades .
- O atendimento deve ser realizado mediante inscrição prévia, a fim de não se exceder o numero de pessoas recomendado para este trabalho.
- Deve manter-se o registo, respectivo endereço dos assistidos e numero de tratamentos efectuados, a fim de ser possível em qualquer momento aferir o numero de tratamentos dispensados a cada um.
- A chegada de enfermos ou obsidiados sem aviso prévio, sejam adultos ou crianças, o doente e eventuais acompanhantes podem ser admitidos por

breves momentos no recinto, no período que antecede o serviço programado para receber passes e orientação. Findo o socorro retirar-se-ão do recinto.

- É desaconselhável a manifestação simultânea a mais de duas entidades carentes de auxílio. Caso se verifique, o dirigente alertará os médiuns para que as contenham.
- Só se permitirá o exercício de psicofonia a cada médium, no máximo, duas vezes por reunião.
- Deverá evitar-se aos assistidos, a possibilidade de subverterem a ordem do recinto com manifestações ruidosas.
- Não é necessária a presença do obsidiado na reunião para receber o auxílio dos benfeitores espirituais.
- Em nenhuma circunstância o dirigente garantirá a cura, ou marcará prazo para o restabelecimento completo dos assistidos, em particular dos obsidiados, sob pena de cometer leviandade; nesta matéria o mentor espiritual poderá pronunciar-se com maior segurança, orientando o grupo a respeito da evolução da saúde dos assistidos.
- Na eventualidade da equipe de desobsessão ser chamada ao contacto com determinado enfermo que encontre retido no lar ou no hospital, a visita deve realizar-se de facto, porém, o grupo deve-se fazer representar por uma comissão de companheiros junto do doente, recolhendo o nome e endereço, a fim de ser atendido no Centro Espírita, e no trabalho específico. Fora da Instituição evitar em absoluto o exercício ou atendimento espiritual pelas razões apontadas acima.
- Os médiuns esclarecedores deverão ser devidamente preparados para substituir o dirigente por eventual impedimento deste.
- Os médiuns esclarecedores devem falar com carinho aos perturbados e infelizes, com dignidade, doçura e energia, detendo-se exclusivamente no caso em pauta.
- Em circunstância alguma criar polémicas, condenar ou ironizar no contacto com os irmãos desencarnados infelizes.
- Oferecer-se a intimidade fraterna aos comunicantes, aplicando o carinho da palavra e o fervor da prece, na execução da enfermagem moral que lhes

necessária.

- Evitar o questionamento às entidades infelizes, que pelas razões óbvias de saúde se vêm com redobradas dificuldades de memória.
- Recomenda-se o estudo do livro “Desobsessão de André Luiz, psicografado por Francisco Cândido Xavier e Waldo Vieira, onde poderemos encontrar com mais detalhe os vários aspectos ligados à tarefa em pauta.

6.8 Evangelização Infantil

6.8.1 Os Centros Espíritas e demais Instituições Espíritas que lidem com crianças, devem promover a evangelização infantil, com objectivo de educar e «iluminá-las» através da Doutrina Espírita.

a. Recomendações

- A Direcção da Instituição indicará para supervisionar as actividades da Evangelização Infantil, um dirigente com experiência neste sector, o qual terá a incumbência de formar o grupo de evangelizadores recomendados a esta faixa etária.
- Devem ser matriculadas crianças com idades compreendidas entre os cinco e os doze anos, que deverão ser distribuídas por faixa etária, correspondentes a um ciclo de estudo.
- Na organização das turmas deve ser observada, em condições normais, a idade cronológica aliada à escolaridade, devendo no entanto ter atenção com as crianças consideradas acima das capacidades médias da turma, encaminhando-as por isso às turmas compatíveis com a idade mental que evidenciam,
- Deve ser estabelecido programa anual para as turmas, baseado no método instituído pela Federação Espírita Portuguesa ou por esta recomendado.
- A Evangelização Infantil nos Centros Espíritas deverá funcionar semanalmente, com aulas ministradas no período ideal de uma hora, e poderá interromper as suas actividades durante dois meses para férias, se o considerarem conveniente.
- Solidarizarem-se com os movimentos de assistência à criança, melhorando métodos e ampliando tarefas. Educar os pequeninos é sublimar a Humanidade.

Orientação ao Centro Espírita

- Os responsáveis dos Centros Espíritas devem lembrar constantemente que “os pais espíritas podem e devem matricular os seus filhos nas escolas de Evangelização Infantil, para que possam iniciar com segurança a nova experiência terrena”.
- Distribuir incessantemente as obras de literatura espírita infantil, de autores encarnados e desencarnados, colaborando de modo efectivo na implantação essencial da Verdade Eterna. O livro edificante para a mente infantil vacina contra o mal.
- Devem ser aperfeiçoados os métodos de ensino doutrinário à mente infantil, buscando nesse particular os recursos didácticos susceptíveis de reafirmarem a seriedade e o critério seguro de aproveitamento na elaboração de programas. Para tanto, os evangelizadores deverão participar de cursos ou treinos promovidos pela Instituição ou pelo Movimento.
- O Centro Espírita, na medida do possível, deve criar as condições necessárias para melhor funcionamento da Evangelização Infantil, possibilitando, inclusive, o funcionamento simultâneo de horário com reuniões de estudo doutrinário para adultos.

6.9 Evangelização Juvenil

6.9.1 A Evangelização Juvenil é uma necessidade imperiosa na vida da Instituição, pois, para além de oferecer aos jovens condições adequadas de estudo e aprendizagem da Doutrina Espírita, familiariza-os desde cedo com as actividades do Centro, preparando-os para compromissos futuros que venham a assumir. Os adultos têm interesses, necessidades, objectivos e experiências diferentes dos jovens. Esta é uma das razões pelas quais os Centros Espíritas deverão propiciar-lhes condições de estudo num clima que possa corresponder às suas reais necessidades, despertando-lhes maior interesse pelo aprendizado e pelo convívio no Centro Espírita.

a. Membros da Reunião

- Dirigente.
- Jovens.

b. Orientação da Reunião

- Pelas características próprias da reunião de estudo para os jovens, a orientação das respectivas actividades serão da responsabilidade do dirigente.

c. Preparação do ambiente Espiritual

- Recomenda-se a leitura de página espírita.
- Tempo: 5 minutos (máximo)

d. Prece Inicial

- A prece inicial deve ser curta e simples, e será proferida pelo dirigente da reunião ou por quem este designar.
- Tempo: 2 minutos

e. Desenvolvimento da Reunião

- O programa previsto para o estudo doutrinário, deve ser formulado a partir das obras que integram a Codificação da Doutrina Espírita, devendo adoptar-se as variadas técnicas didácticas recomendadas para maior motivação e melhor fixação da matéria.
- No âmbito da alínea e 1, sugerem-se os programas de estudo elaborados pela Federação Espírita Portuguesa ou outros por ela indicados.
- Tempo: 45 a 105 minutos (máximo)

f. Leitura do programa para a reunião seguinte.

- Tempo: 3 minutos (máximo)

g. Avisos e comunicações

- Tempo: 3 minutos (máximo)

h. Prece Final

- A prece Final deve ser curta e simples para agradecimento dos benefícios recebidos, e será proferida pelo dirigente da reunião ou por quem este designar.
- Tempo: 2 minutos.

i. Recomendações

- Para a constituição das turmas, o dirigente deve ter em consideração a idade dos Jovens, devendo reuni-los por faixas etárias iguais ou muito próximas, em virtude dos programas de estudo se adequarem também à diferença de idades.

- As actividades da Juventude do Centro Espírita devem ser desenvolvidas por um órgão específico (Departamento Infanto-Juvenil, por exemplo), cujo dirigente deve ser designado pela Direcção do Centro, a quem deverá manter informado sobre as actividades desse grupo de trabalho.
- O grupo de jovens deverá ser reconhecido como Grupo de Jovens do Centro Espírita...
- As reuniões dos jovens deverão ser semanais e somente em situações de relevante importância deverão ser suspensas.
- Os jovens deverão colaborar nas demais actividades do Centro Espírita, visando a participação e a integração na Instituição, incluindo as actividades de unificação do Movimento Espírita.
- As actividades do grupo de jovens junto de outros sectores, ou fora do centro Espírita, devem ser orientados e acompanhados pelo dirigente daquele grupo.
- O dirigente deverá elaborar um programa de trabalho mensal, semestral ou anual, de acordo com as necessidades dos jovens
- As actividades artísticas dos jovens terão como finalidade a divulgação da mensagem espírita pela arte.
- Aplicam-se a este capítulo, as “Recomendações Gerais” a ele referentes.

6.10 Assistência Social Espírita

6.10.1 “Então responder-lhe-ão os justos: Senhor, quando foi que te vimos com fome e te demos de comer, ou com sede e te demos de beber? – Quando foi que te vimos sem tecto e te hospedamos; ou despedidos e te vestimos? – E quando foi que te soubemos doente ou preso e fomos visitar-te? – O Rei lhes responderá: Em verdade vos digo, todas as vezes que isso fizestes a um destes mais pequeninos dos meus irmãos, foi a mim que o fizestes.” (Mateus, 25:37 a 40). Com base neste programa traçado por Jesus aos seus seguidores, todo o Centro Espírita deverá realizar tarefas de Assistência Social Espírita, assegurando suas características beneficentes, preventiva e promocional, por forma a que esta tarefa se desenvolva em simultâneo com o atendimento às necessidades de evangelização. Ao Centro Espírita caberá prestar serviços dessa natureza, sem prejuízo das actividades que lhe são prioritárias, ou sejam, as de carácter

doutrinário.

a. Recomendações

- A Assistência Social Espírita das Instituições deverá ser realizado de forma integrada, com orientação doutrinária e assistência espiritual, sem imposições, de modo a constituir-se num dos meios para a libertação espiritual do homem, finalidade primordial da Doutrina Espírita.
- Nas actividades de Acção e Assistência Social, devem ser utilizados métodos e técnicas modernas à luz da Doutrina Espírita.
- As Instituições Espíritas da mesma localidade, devem realizar um levantamento das necessidades do meio, antes de instituírem obras de assistência social, tirando partido das experiências realizadas e promovendo a imprescindível avaliação das suas próprias possibilidades relativamente aos projectos em vista.
- As Instituições Espíritas que mantenham obras de assistência social, devem ligar-se a programas mais amplos de assistência, por forma a integrarem-se num sistema de acção comum, a fim de melhor responder, ao seu nível, aos problemas sociais.
- Os Centros Espíritas poderão manter actividades de assistência social, sem prejuízo da sua finalidade essencial. As obras de maior porte poderão ser separadas do Centro, constituindo-se como entidade com personalidade jurídica própria, sem perda do seu carácter espírita, filiada ou não ao Centro Espírita de origem. (Vide estatutos)
- A Assistência Social Espírita deve obedecer a cuidadosa planificação, atendendo, inclusive, os recursos humanos e financeiros, sobretudo se envolverem despesas permanentes, tais como, Lares, Creches, Hospitais e outros, a fim de evitar deficiente atendimento ou mesmo paralisação por falta de recursos. A caridade, segundo o Apóstolo Paulo, não é temerária, nem age com precipitação.
- Na área da Assistência Social, as Instituições Espíritas devem recrutar, seleccionar, treinar ou integrar *voluntários*, com vista ao seu melhor desempenho na Instituição. Lembramos que é preferível fazer pouco mas com

boa qualidade, do que candidatar-se a maiores realizações com improvisações e imprevidência.

- Os Centros Espíritas recém-criados ou de pequeno porte, deverão optar por uma Assistência Social pontual, sem criar compromissos financeiros para o futuro, crescendo segura e gradativamente nas suas formas de actuação, segundo os recursos humanos e financeiros disponíveis.
- A Assistência Social Espírita caracteriza-se pela simplicidade, desvalorizando quaisquer objectos, construções ou medidas que expressem despesas supérfluas ou luxuosas. “O conforto excessivo humilha as criaturas menos afortunadas”.
- A organização e direcção da Assistência Social Espírita devem ser mantidas gratuitamente por espíritas que trabalhem com finalidade cristã, isto é, gratuitamente. “O trabalho desinteressado sustenta a dignidade e o respeito nas boas obras”.
- O tarefeiro da Assistência Social Espírita não se deve ocupar simultaneamente em várias funções sociais ou doutrinárias, sob pena de prejudicar a todas. Deve compreender ainda, que um pedido de demissão na tarefa espírita, equivale quase sempre a ausência lamentável. “O afastamento do dever é deserção”.
- A aceitação de donativos e contribuições a favor da Assistência Social Espírita, implica a apresentação periódica de relatórios financeiros que demonstrem as actividades desenvolvidas, como satisfação justa e necessária aos cooperadores.
- As Instituições Espíritas rejeitarão ou evitarão a colaboração financeira, em espécie ou em serviços, que desnature a qualquer título, o carácter espírita da obra ou da realização.
- As Instituições Espíritas, para manutenção das suas actividades, seleccionarão com rigoroso critério, os meios de consecução dos recursos financeiros, evitando tómbolas, rifas, quermesses, bailes beneficentes ou outros meios desaconselháveis, ante a Doutrina Espírita.
- As Instituições Espíritas estimularão a conversão em meios de socorro ou utilidades para os menos felizes, as relíquias, presentes, jóias e lembranças

afectivas de familiares e amigos desencarnados, cientes de que os valores materiais sem proveito, mantidos em nome daqueles que já partiram, representam para eles, amargo peso na consciência. Igual procedimento deve ser adoptado em relação à roupa em excesso, objectos sem uso e reservas financeiras que devem estar em movimento nos serviços de assistência social.

- As palavras “Espírita” ou “Espiritismo”, jamais devem ser separadas do nome da Instituição.

b. Na Assistência Social Espírita e Espiritual ao necessitado, considerar:

- A importância de bem conhecer a realidade sócio-económica e espiritual do necessitado para melhor atendê-lo, com vista à sua promoção social e libertação espiritual.
- Que esse conhecimento é alcançado através de entrevistas no domicílio e Instituição, devendo presidir o espírito de fraternidade e o respeito à dignidade da pessoa em situação de necessidade.
- Que as visitas fraternas sejam realizadas por duas ou três pessoas, evitando-se constrangimentos advindos da falta de sobriedade no traje, jóias ou ornamentos por parte das visitas.
- Que o registo de dados respeitantes ao candidato à assistência social, resultante das entrevistas realizadas, não se faça diante do visitado, salvo nos momentos reconhecidamente indispensáveis à melhor compreensão dos problemas e encaminhamento das soluções.
- Que a assistência a ser mobilizada em favor do recorrente, salvo em situações de reconhecida necessidade imediata, seja precedida do estudo da sua realidade, de forma a assegurar-lhe objectiva e promocional.
- Que todo o processo de ajuda accionado pela Instituição Espírita, deve supor a participação efectiva do beneficiário da acção, segundo os potenciais de que disponha.
- Aplicam-se a este capítulo, as “Recomendações Gerais” a ele referentes.

6.11 Divulgação e Comunicação

6.11.1 A divulgação da Doutrina Espírita poderá ser promovida pelo Centro Espírita através dos jornais, rádio e televisão e saber:

a. Distribuição gratuita de pagelas, jornais, revistas e livros espíritas.

- Distribuição gratuita de pagelas, jornais, revistas e livros espíritas a frequentadores do centro, a pessoas interessadas em conhecer o Espiritismo, e aos irmãos recolhidos nas penitenciárias, hospitais, etc.

CAPÍTULO VII

RELAÇÕES HUMANAS NO CENTRO ESPÍRITA

7.1 O Processo de Interação Humana

7.1.1. Com a visão clarificada pelo exposto nos capítulos anteriores, podemos penetrar agora nesta área de relevante importância para os Centros Espíritas, visto permitir também uma abordagem de aspectos que muito contribuirão para o aperfeiçoamento das Relações Humanas no Centro Espírita.

7.1.2. O processo de interação humana efectiva-se, inelutavelmente, por *coacção, sugestão e persuasão*.

a. A *coacção* é a influência dominadora com a qual anulamos o livre-arbítrio dos outros. É uma postura a excluir das nossas relações com o próximo nos Centros Espíritas e em todos os lugares, isto é, nas actividades profissionais, sociais ou familiares, onde por vezes oprimimos aqueles que convivem connosco. A *coacção* é ainda o método ostensivo ou velado que alberga a ameaça e a chantagem emocional para obrigar as pessoas a fazerem o que desejamos, sem o devido respeito ao direito que lhes cabe de tomarem decisões próprias. Sempre que impomos as nossas ideias ou vontade, coagimos. Esta acção que gera ressentimento, só é eficaz e válida em circunstâncias excepcionais, quando justificadamente se procuram impedir actos insanos; adoptá-la por rotina chega a ser um crime contra a liberdade alheia.

b. A *sugestão* é a influência condicionadora com a qual nós, os espíritas, usamos para ajudar muita gente, despertando sentimentos elevados. Tem a sua utilidade, porém, apresenta efeito meramente temporário, exigindo reforço periódico.

c. A *persuasão* é a influência ideal porque apela para o raciocínio, fornecendo à inteligência as explicações que levam a pessoa a compreender a verdade e, conseqüentemente, a assumi-la em definitivo. Cumpre-nos, pois, nos Centros Espíritas, estudar e divulgar a Doutrina, usando o esclarecimento lógico e os

meios saudáveis da comunicação humana.

d. O primeiro passo a termos em conta na abordagem deste item, é de que nos envolvemos num processo que merece todo o cuidado, quando pretendemos transmitir uma edificante mensagem; de facto só existe comunicação quando o nosso interlocutor capta as ideias que tentamos doar-lhe e reage positivamente, sinal de que compreendeu a mensagem. Para a comunicação oral, excluindo a que evidencia substância vibratória, magnética, etc. destacamos alguns detalhes:

e. Por vezes supomos dialogar com o nosso interlocutor, porém, a comunicação não se estabelece porque o outro, distraído, nada escuta. Devemos ter todo o cuidado para este fenómeno não ocorra nos Centros Espíritas, onde lidamos com muitas criaturas (inclusive desencarnadas) em estado mental aflitivo. Ao conversarmos com elas importa nunca falar de mais, introduzindo aqui e além as pausas indispensáveis para aferir as suas reacções, formulando discretas perguntas, a fim de verificarmos se a sua atenção regista e compreende as nossas palavras. Momentos haverá, em que será necessário repetir algumas ideias, estimulando indagações que permitam dirimir eventuais dúvidas.

f. Um cuidado muito especial a reter é o padrão da linguagem a utilizar; devemos colocar-nos ao nível cultural do nosso interlocutor, pois de contrário falaremos para nós mesmos e não para ele. Habitados aos termos correntes da literatura filosófica com a qual convivemos há anos, esquecemos muitas vezes a conveniência da simplicidade verbal no diálogo com interlocutores humildes, ou doutrinariamente estranhos ao nosso meio, insistindo com a terminologia espírita sem nos colocarmos ao alcance do seu entendimento.

g. Devemos resguardar-nos ainda de eventuais preciosismos (floreados), divagações ou circunlóquios, rodeios que nos afastam do assunto que motivou o diálogo; do egocentrismo da nossa dissertação (eu... eu...); a dramatização que empurra ao exagero descritivo.

h. A inflexão voz deve ser regulada, porque possui importante significado; o tom e a tonalidade devem ser de nível médio, isto é: nem demasiado baixo, nem demasiado alto ou rude.

i. O ritmo da fala deve ser também doseado com equilíbrio: nem muito lento porque impacienta o ouvinte, nem muito apressado porque dificulta o

acompanhamento das ideias.

j. Outro aspecto a termos em atenção é a expressão corporal, pois os sinais da nossa imagem física são recepcionados e “descodificados” pelos nossos interlocutores, que percebem o interesse e a veracidade das nossas palavras. Tiques, trejeitos, olhares fugidios e intranquilos reflectem insegurança e dificultam o esclarecimento (!?). Importa considerarmos ainda o facto de muitos dos nossos gestos serem portadores de forte poder sugestivo, pelo que se importante a atenção desta matéria na interacção humana.

7.2 A prática das Técnicas do Bom Relacionamento Interpessoal

7.2.1. As técnicas das boas relações humanas utilizadas nas mais variadas esferas da acção humana, sustentam-se nos resultados de pesquisas científicas respeitáveis, efectuadas no campo da psicologia aplicada ao trabalho por conceituados estudiosos na matéria. Sem aprofundar, por despropósito, o assunto deste item, sumariamos porém alguns aspectos sobre a natureza psico-social humana:

a. O homem é, basicamente, um ser dependente de necessidades biológicas, psíquicas e sociais. Porque somente as duas últimas se enquadram no âmbito da matéria aqui desenvolvida, resumimo-las assim nas alíneas seguintes:

b. Necessidade de comunhão; o homem é um ser gregário que não pode isolar-se dos outros da mesma espécie.

c. Necessidade de segurança; o homem é um ser frágil que precisa de se sentir protegido.

d. Necessidade de consideração; o homem é um ser singular e por isso deseja sentir a sua individualidade distinguida.

e. Necessidade de mudança; o homem é um ser evolutivo que se transforma para melhor com novas experiências.

f. Estas necessidades básicas são comuns a todos os seres humanos, e por elas tornamo-nos semelhantes uns aos outros, respondendo aos estímulos positivos ou negativos que nos são dirigidos, conforme tenham atendido ou contrariado tais necessidades.

Assim, podemos considerar como elemento crucial da motivação: fazermos ao próximo o que gostaríamos que ele nos fizesse (máxima do Mestre com dois mil

anos !!!). Se somos semelhantes pela natureza essencial, não somos iguais, pois edificamos personalidades diferentes ao longo da eternidade da vida. Por isso é importante termos sempre presente este factor: o postulado primacial das boas relações humanas é aceitarmos os outros como na realidade são e não como gostaríamos que fossem.

A personalidade humana não se altera milagrosamente, e a reforma íntima a que se reportam os Espíritos Superiores deve ser entendida como melhoria substancial e não como mudança total. A mudança vai-se operando paulatinamente e a personalidade consolidando-se na sucessão das reencarnações. Parafraseando Cenyra Pinto, só a paciência, a tolerância e um amor desinteressado poderão ajudar uma alma a desabrochar para perfumar a sua própria existência; somos assim convocados ao labor da inter ajuda. Para termos uma pequena ideia da complexa personalidade humana, basta considerarmos que nela se interpenetram os seguintes elementos:

- g.** A inteligência, tal como é concebida cientificamente, ou seja, a capacidade inata de compreensão e aproveitamento das coisas.
- h.** A cultura, que se distingue da inteligência por ser adquirida e por defluir do acervo de informações registadas na memória. Uma pessoa pode ter muita inteligência mas com pouca cultura, ou muita cultura com pouca inteligência.
- i.** O temperamento, que se vincula à constituição nervosa, não à inteligência nem à cultura.
- j.** O carácter, que não se confunde com a inteligência, com a cultura, nem com o temperamento, visto ser formado por valores assimilados através da educação recebida no lar, na escola e na sociedade.
- k.** Os hábitos, condicionamentos psico-motores inconscientes que determinam acções e reacções automatizadas.
- l.** Sabendo que o ser humano, além de estar submetido a necessidades básicas inerentes à sua natureza essencial, solidifica uma personalidade distinta das demais, que deduzir? Para um relacionamento interpessoal saudável, é necessário aceitarmo-nos uns aos outros como somos na realidade, pondo em prática pequenas técnicas da arte de bem conviver. O segredo é a empatia.

m. Empatia é a capacidade de vivenciarmos uma situação como se fosse o outro indivíduo; não é fácil a experiência, pois para isso necessitamos de superar a própria personalidade, a fim de sentirmos a visão que o nosso interlocutor tem a respeito do assunto ou dos factos. Somente o exercício da empatia nos permite por em prática pequenas técnicas do bom relacionamento interpessoal.

7.3. Como receber quem procura o Centro Espírita pela primeira vez.

7.3.1. Como receber quem procura o Centro Espírita pela primeira vez, é um desafio que se coloca a todas as Instituições. Tendo em consideração que a maioria das pessoas recorrem pela primeira vez ao Espiritismo em desespero de causa, isto é, depois de frustrados todos os recursos anteriores, a recepção, esclarecimento e enquadramento do visado é de facto uma questão delicada, que exige sensibilidade, tacto e conhecimento doutrinário para se lidar nesta esfera de acção. Para o fim em vista, vejamos as condições que expomos nas alíneas seguintes:

a. Se o imprescindível entendimento da Doutrina Espírita nos enriquece a compreensão da vida e seus mecanismos, vemos surgir os Centros Espíritas como células de família espiritual, onde dispomos da primeira condição para o compensador desenvolvimento das relações humanas.

b. Se elucidados pela psicologia, detemos informações verazes de como se concretiza formalmente a interacção pessoal, dispomos da Segunda condição.

c. Se possuímos já a noção do que é empatia, dispomos da terceira e última condição para a boa convivência.

7.3.2. Aferir na fase preliminar do atendimento, quais as necessidades psico-sociais básicas que motivaram a procura do Centro. Quem procura alguma coisa fá-lo fundamentalmente por medo, egoísmo ou curiosidade. Superficialmente a intenção pode ser o interesse em resolver problemas de saúde, económicos, etc. Temos assim, em princípio, nos Centros Espíritas, um público com mais ou menos problemas que reclama acima de tudo, muito carinho, muita condescendência, muita caridade. Recebê-los com indiferença, secamente, com censuras ou admoestações é contrariar os objectivos da Doutrina. Até para os trabalhadores mais antigos da causa, os Centros Espíritas precisam de ser refúgios de conforto e não tribunais condenatórios. A generosidade do nosso

acolhimento no contacto inicial, é de relevante importância para que esse público descubra o aspecto proeminentemente consolador do Espiritismo. O resto virá a seu tempo.

7.3.3. Por conseguinte, os Centros Espíritas necessitam impregnar-se de uma atmosfera de informalidade afectuosa, e não de um clima de repartição pública, onde predominam atendimento e registos protocolares, fichas e assentamentos que funcionários desenvolvem com indiferença às dores alheias. É pacífica e benéfica a organização administrativa que as tarefas em geral necessitam na Instituição Espírita, para que as rotinas fluam com espontaneidade e singeleza, desataviadas de normas desconfortáveis que perturbam até os objectivos da Instituição. Sujeitar, por exemplo, o atendimento individual, a modelos burocráticos e despidos da sensibilidade que o tratamento humano e espiritual reclama, é um contra-senso, em absoluta discordância com os postulados Espíritas.

a. Na orientação às pessoas que procuram o Espiritismo pela primeira vez, procurar saber seu nome para que o pronunciemos durante o diálogo. Impõe-se-nos também, a atitude preventiva de levarmos em consideração as diferenças individuais: grau de inteligência; o nível cultural: a natureza do temperamento; o tipo de carácter e da qualidade dos hábitos. Concretamente só com o decorrer do tempo conheceremos mais profundamente tais pessoas, mas no momento podemos tratá-las como aparentam ser:

b. *Equilibradas?* Dialoguemos com naturalidade. *Agitadas?* Portemo-nos com serenidade para que se acalmem. *Angustiadas?* Sejam extremamente habilidosos para que abram o coração. *Desconfiadas?* Externemos plena convicção do que afirmamos, a fim de nos darem crédito. *Inibidas?* Façamos perguntas com discrição, estimulando-as a tomar a iniciativa da conversa. *Arrependidas?* Começemos por lhes oferecer a solidariedade sentimental, sem reavivar seus actos delituosos. *Zangadas?* Deixemos que esgotem o desabafo sem lhes cortar a palavra, concedendo-lhes o direito de pensar como julgam mais correcto, lamentando as causas do seu descontentamento com mansuetude, terminando por nos colocarmos à disposição para ajudarmos no que pudermos ser mais úteis.

c. Em qualquer caso abstenhamo-nos da crítica severa e, quando tivermos de discordar, sejamos suaves: começar por reconhecer as razões do outro (empatia), terminando, porém, por demonstrar com delicadeza a nossa discordância, com as evidências do bom senso e da razão.

d. Nunca dizer imediatamente, *não*. Nunca declarar que as pessoas estão erradas. Nunca falar mais do que ouvir. Nunca recusar a maior atenção ao relato que nos é feito. Conservar na face a satisfação e o optimismo de quem confia em Jesus na resolução de todos os nossos problemas. Realçar sempre positivamente os pensamentos ou as atitudes correctas que o nosso interlocutor entendeu por bem tomar, tratando-o também pelo seu próprio nome em atitude de apreço, são técnicas adequadas ao atendimento, esclarecimento e conforto de quem procura o Espiritismo pela primeira vez. E não se legitimam exclusivamente pelos cânones da psicologia, mas também pelo código da bondade cristã.

e. *É oportuno incluir neste item, excertos de um texto da autoria de Juarez Perissé, publicado no jornal Correio Fraternal ABC, sob o título “SÓZINHO NA CASA ESPÍRITA: São quase vinte horas, quando o João chega ao seu destino. Já não há tempo para ir a casa, por isso segue directo para o Centro Espírita. Adentrando, encontra o auditório repleto. Conhece alguns rostos, acompanha algumas conversas, mas está só. Senta-se, assiste a palestra, recebe o passe e, no final da reunião, dirige-se para casa, sem que tivesse conversado com ele. Inúmeras vezes sentiu vontade de conversar com o dirigente da reunião, com o presidente da casa, ou com o responsável pelo passe, mas pareceram-lhe tão ocupados! E assim vai João, sozinho no mundo e no Centro Espírita, pese embora a multidão à sua volta!”*

f. Esta história oferece-nos motivos para reflexão sobre o desempenho do Centro Espírita, mas também sobre o nosso próprio desempenho na Casa Espírita. Diante da situação apresentada, quais as ilações advindas? É normal que ela ocorra numa Casa que trabalha sob a orientação de Jesus? Afirma o Amigo incondicional “Amai-vos uns aos outros, como eu vos amo”.

g. São óbvias as dificuldades para o dirigente da reunião, o presidente do Centro ou o responsável pelo passe, conversar com todos quantos chegam ou se encontram “isolados”. Devendo funcionar como uma família, sem hierarquia

estabelecida, cabe-nos em geral a todos a preocupação da integração das pessoas nas actividades, acompanhando com a conversa amena e interessada no bem estar do próximo.

h. Para minorar as dificuldades, uma excelente providência é colocar tarefeiros com aptidão para ofertar aos presentes palavras gentis, mantendo-se em circulação pelas salas e corredores, dirigindo-se a uns e a outros com um sorriso fraterno; com indulgência e brandura para os menos razoáveis, pedindo desculpas pela demora no atendimento esperado. Aqui, prestando informação solicitada; ali, indagando de eventual ajuda que poderá dispensar; mais além, prestando explicações apropriadas ao contexto dos trabalhos.

7.4. Como Ministar Aconselhamento Individual.

7.4.1. Ministar aconselhamento individual é uma tarefa difícil em qualquer lugar, mesmo no Centro Espírita. Pela delicadeza das funções, semelhante tarefa deve ser atribuída somente a companheiros vocacionados para o seu desempenho, que exige, mais do que formação académica, muita sensibilidade, tacto, elevação moral, vasto conhecimento doutrinário, e muito bom senso.

7.4.2. Ao aconselarmos alguém penetramos a consciência do nosso interlocutor por aquiescência ou invasão, e a consciência do ser humano exige de nós todo o respeito. O respeito ao livre-arbítrio de cada um, deve ser tónica dominante de quem ministra aconselhamento, pois não pode condicionar os outros a adoptarem directrizes nossas, sob o risco de os predispor a conflitos interiores de ressonância neurótica. Não existindo condições de entendimento e assimilação para o conselho mais sensato, a sua adopção será sempre superficial.

7.4.3. A técnica de aconselhamento, sob o prisma da psicologia aplicada, leva-nos a percorrer um percurso de quatro estágios. Antes de orientação, o ser humano deseja atenção, compreensão e afeição. As melhores atitudes são:

a. Ouvira pessoa, simplesmente. Sem prevenções, sem falsos pudores e sem pressa; fixando nela o olhar complacente, sem interromper a exposição por estarmos interessados na mesma.

b. Demonstrarmos um entendimento perfeito e tranquilo do problema colocado, deixando claro que para nós os factos nada têm de anormal. Poderiam ter

ocorrido com qualquer pessoa, pois todos os seres humanos são falíveis e sujeitos à adversidade.

c. A manifestação de afecto. Devemos exprimir, com sinceridade, a nossa fraternal amizade, a fim do nosso interlocutor eliminar a ansiedade e desconfiança, dispondo-se a escutar-nos com a mesma atenção e a mesma afeição que lhe forem ofertadas. Sem estabelecermos essa afinidade, essa sintonia, o conselho será mais difícil. À medida que a relação se for tornando mais sólida tudo se tornará mais fácil. Atenção redobrada para não dizermos a palavra certa no momento errado, nem a palavra errada no momento certo.

d. Descrever com clareza um caso semelhante ao do nosso interlocutor, em decorrência da orientação que mais convenha imprimir ao assunto, e com desfecho bem sucedido. Mais suave, torna-se benéfica a estratégia e com resultados francamente positivos.

e. Atender sem menosprezar o seguinte: cada interlocutor nosso, a quem apresentamos as nossas ideias, necessita de tempo para as compreender e sentir, a fim de as incorporar no comportamento. Esse tempo, curto ou longo, depende de aquisições evolutivas como explica Kardec. Actuando com engenho e arte, do ponto de vista psicológico, nem sempre vemos aproveitadas as orientações que dispensamos nos Centros Espíritas. Não obstante, prossigamos incansáveis com boa intenção e com boa técnica.

7.5. Como conviver com os demais companheiros.

7.5.1. As relações humanas no sentido horizontal, são aquelas que nos envolvem com os companheiros de trabalho, parentes, vizinhos, colegas e amigos; aqueles que mais espaço de tempo ocupam na nossa vida e mais espaço nos oferecem para nos realizarmos, psíquica e socialmente.

7.5.2. Os Centros Espíritas são, como tivemos a oportunidade de constatar, locais onde o convívio entre frequentadores é salutar e necessário para a evolução de todos nós. Pese embora o facto, ali aportamos com virtudes e defeitos, trabalhando para o aprimoramento espiritual, com a lucidez de quem possui em consciência a noção do compromisso com o trabalho reparador, engajado aos postulados cristãos. Paciência, tolerância e orientação firme, são as virtudes mais solicitadas, quando nos transviamos pelos caminhos ínvios da

amargura, da maledicência, da presunção, da inveja, do ciúme e da leviandade, com a gravidade de os pormos a circular no interior dos Centros Espíritas, onde a harmonia e a fraternidade deveriam ser nosso apanágio.

7.6. Como Liderar.

7.6.1. Não é fácil definirmos o conceito de liderança na actualidade, quando se multiplicam as teorias científicas. Dentre elas escolhemos: *“Liderança é a actividade de influenciar pessoas a cooperarem na concretização de um objectivo que considerem desejável.”* Debate-se muito sobre a natureza essencial da liderança. Uns afirmando que ela inerente ao indivíduo; outros que é gerada pelo grupo e alguns atribuindo-a situação do momento.

7.6.2. Como o debate em torno deste aspecto é assaz académico e longo, salientamos somente que o fenómeno da liderança materializa-se em três formas básicas a saber:

a. Democrática: Na liderança democrática o líder identifica-se com o grupo, sentindo-lhe as necessidades e interpretando-lhe os anseios para proceder de acordo com a opinião geral, ou pelo menos da maioria que consulta frequentemente, sem se abster de esclarecer e orientar. É, sem dúvida, a melhor forma de liderança, completando-se com o respeito à minoria divergente. A liderança democrática enseja uma atmosfera feliz, com integração do grupo e maior rendimento operacional.

b. Autocrática: Na liderança autocrática o líder impõe ao grupo o comando da sua vontade, o que somente se justifica em situações excepcionais, de emergência. A liderança autocrática cria uma atmosfera tensa, com divisão do grupo e reacções contraditórias, de conformismo apático e de agressividade destrutiva.

c. Liberal: Na liderança liberal o líder limita-se a executar passivamente aquilo que o grupo almeja. A liderança liberal pode fomentar uma atmosfera anárquica, com esfacelamento do grupo motivado por querelas e individualismos.

7.6.3. As formas de liderança adicionais, menos precisas nos seus contornos, revelam-se como:

a. Carismática: Na liderança carismática, prevalece o dom que o líder possui para fascinar ou empolgar o grupo.

b. Inspirativa: Na liderança inspirativa, a imagem consolidada do líder suplanta a

sua personalidade; converte-se no símbolo que os outros procuram imitar.

a 3. Reformista: Na liderança reformista, sobreleva a disposição do líder em voltar-se contra a situação existente, catalisando a adesão dos descontentes que nunca faltam, às vezes sem razão, outras vezes com muita razão.

7.6.4. Qualquer das formas básicas pela qual a liderança se manifesta, democrática, autocrática ou liberal, o líder sempre influencia e é influenciado pelo grupo; assim concluímos que o líder tanto poderá ser um representante quanto um manipulador, resultando dos fins colimados, e não dos meios empregues, a sua utilidade ou nocividade. Temos, nós espíritas, de olhar o problema de “como liderar” com absoluta lealdade à Doutrina codificada por Kardec.

7.6.5. Se é possível reunir neste trabalho, as dez qualidades imprescindíveis a um líder, citamos:

a. Autenticidade: Nenhum grupo manterá como líder uma pessoa que não seja suficientemente sincera nos seus actos.

b. Idealismo: Nenhum grupo manterá como líder uma pessoa que não seja capaz de se apaixonar uma causa justa.

c. Coragem: Nenhum grupo manterá como líder uma pessoa que não seja forte e resoluta diante do perigo.

d. Simpatia: Nenhum grupo manterá como líder uma pessoa que não possua a capacidade natural de se fazer estimada.

e. Habilidade: Nenhum grupo manterá como líder uma pessoa que não tenha jeito para solucionar ou minimizar problemas difíceis.

f. Sensibilidade: Nenhum grupo manterá como líder uma pessoa que não disponha de percepção apurada para captar a realidade que se esconde por trás das aparências.

g. Tenacidade: Nenhum grupo manterá como líder uma pessoa que não persiga intensamente os objectivos traçados.

h. Flexibilidade: Nenhum grupo manterá como líder uma pessoa que não se adapte às circunstâncias do momento.

i. Optimismo: Nenhum grupo manterá como líder uma pessoa que não ponha fé no que faz.

j. Comunicabilidade: Nenhum grupo manterá como líder uma pessoa que não

tenha facilidade para externar as suas ideias e compreender e compreender as alheias.

k. Finalmente necessitamos implementar, no exercício da liderança, contactos individuais e colectivos.

7.6.6. Sempre que tivermos a oportunidade de dirigir reuniões formais, o líder poderá coordenar assim os trabalhos:

a. Agendar os assuntos estabelecendo a ordem sequencial em que serão tratados.

b. Convocar os participantes que sejam presumivelmente úteis e aqueles e que tenham o direito de estarem presentes.

c. Informá-los com bastante antecedência dos temas agendados, a fim de prepararem as suas contribuições.

d. Organizar o local do encontro, equipando-o com o equipamento necessário ao seu funcionamento.

7.6.7. Sugestão para a reunião a ocorrer sob a orientação do líder:

a. Prelecção de abertura para situar e incutir o estado de espírito adequado à reunião.

b. Exposição complementar se se justificar o assunto e clarificar se a reunião é para examinar ou decidir.

c. Encaminhamento dos debates no âmbito estrito dos assuntos agendados, controlando o respectivo tempo previsto para cada assunto.

d. Registo das conclusões por parte de quem deve estar incumbido de tal tarefa.

e. Conciliar discordâncias e corrigir ou conter comportamentos individuais.

f. Relativamente às discordâncias, conduzir honestamente o grupo para o consenso, se possível, ou procurar que a minoria aceite os veredictos da maioria sem se sentir diminuída, devendo manter-se com imparcialidade, sem tomar partido por nenhuma das partes, cabendo-lhe ainda interferir no debate para conduzir o grupo à sensatez.

7.6.8. A questão de como liderar, consiste no entendimento primeiro de que chefiar e liderar são posturas diferentes: a primeira é apenas mando sob controle administrativo; a segunda, como tivemos a oportunidade de verificar, é a condução de pessoas para um objectivo, decorrente de adesão espontânea. Seu

exercício é uma arte que nos cumpre aprender para maior proveito e rendimento das tarefas sob nossa responsabilidade, já que a colocação de liderança se expande a qualquer pessoa com a responsabilidade de orientação de um grupo de trabalho. Os cientistas sociais que dissertam sobre liderança, remetem-nos para a compreensão da estrutura e dinâmica de grupo, realçando que grupo não é tão somente um aglomerado de pessoas, e sim um conjunto de indivíduos em permanente comunhão psicológica. Alertam-nos ainda para o facto de que só conduz eficientemente um grupo, quem é capaz de o preservar e fortalecer constantemente.

7.6.9. O líder necessita ainda de perceber as movimentações possíveis no seio do próprio grupo, onde pessoas afins podem provocar os sub-grupos internos hermeticamente fechados, formados por duas, três ou mais pessoas que em atrito com os demais, provocam a instabilidade no seio do conjunto maior. O líder precisa de saber observar e ter consciência disso, pois a sua imediata obrigação é manter o grupo coeso, mediando e dirimindo divergências, conduzindo os seus elementos à concórdia. Num grupo fragmentado a liderança enfraquece, quando não falece.

7.6.10. Pelo exposto podemos concluir que o bom líder não é o que se restringe a relacionar-se bem com os liderados; é aquele que consegue satisfatório relacionamento entre liderados. Para além do exposto, e de conduzir o grupo para alcançar o objectivo traçado com proficiência, motivando os liderados pelo reconhecimento dos seus méritos, distribuindo tarefas, dividindo responsabilidades, incentivando a todos sem distinção para explorarem as suas potencialidades, compete ainda ao líder preparar alguém para substituí-lo quando necessário, sem receio de ser traído e deposto, entendo que o melhor para a continuação na liderança é não se apegar a ela, como única fonte de realização pessoal.

CAPÍTULO VIII

BIBLIOTECA ESPÍRITA

8.1 A Biblioteca é um local onde se guardam os livros, revistas, jornais, discos, filmes etc. Podem ser de carácter geral e especializadas. Uma biblioteca espírita é

uma biblioteca especializada em Espiritismo.

8.1.1 Recomendações

- a.** A biblioteca deverá possuir, para além das obras doutrinárias, livros espíritas destinados à infância e os editados em Esperanto com conteúdo doutrinário.
- b.** Dentro das possibilidades do Centro Espírita, a existência de uma sala para leitura, onde seja possível o estudo e a pesquisa do Espiritismo aos seus frequentadores, seria de facto desejável tal espaço para que a função da biblioteca se efectivasse.
- c.** Na sala de leitura deve existir à disposição dos leitores, colecções de jornais, revistas, folhetos e outras publicações espíritas.
- d.** Divulgar por todos os meios lícitos, os livros que esclareçam os postulados espíritas.
- e.** A organização da biblioteca espírita, deverá seguir, dentro do possível, as orientações e normas preconizadas pela Biblioteconomia.
- f.** Vide Anexo IX sobre esta matéria

CAPÍTULO IX

ENSINO DO ESPERANTO

9.1 O Centro Espírita poderá promover cursos elementares e de aperfeiçoamento do Esperanto para os seus frequentadores e co-idealistas, visando a maior aproximação entre os homens e os Espíritos desencarnados.

9.1.1 Recomendações

- a.** Criar uma secção de livros espíritas em Esperanto na biblioteca da Instituição.
- b.** Nomear para monitor do curso de Esperanto, uma pessoa habilitada para essa tarefa, e de preferência espírita.
- c.** Promover assinaturas de boletins, jornais e revistas esperantistas.
- d.** Manter correspondência com associações esperantistas nacionais ou internacionais.
- e.** Estabelecer dias e horários para a realização dos cursos de Esperanto, sem prejuízo das actividades básicas do Centro Espírita.
- f.** Recomenda-se a este capítulo as “Recomendações Gerais” a ele referentes.

CAPÍTULO X

ACTIVIDADES DE UNIFICAÇÃO DO MOVIMENTO ESPÍRITA

10.1 Allan Kardec sintetiza o espírito da actividade de unificação, ao asseverar claramente, no item 334, do capítulo XXIX d' O Livro dos Médiuns, discorrendo quanto à conveniência da multiplicação dos grupos espíritas “... *esses grupos correspondendo-se entre si, visitando-se, permutando observações, podem, desde já, formar o núcleo da grande família espírita, que um dia consorciará todas as opiniões e unirá os homens por um único sentimento: o da fraternidade, trazendo o cunho da caridade cristã*”.

Hoje em dia e mais do que nunca, torna-se imprescindível um maior relacionamento entre as Instituições Espíritas, para que haja entre elas, a troca salutar de experiências no âmbito doutrinário beneficente e até mesmo no administrativo, através das quais as próprias Instituições serão beneficiadas com o acervo das conquistas das demais, nesses diversos sectores de actuação.

Da mesma forma que cada Centro Espírita depende do aperfeiçoamento moral de cada um dos seus membros e da respectiva participação nas diversas actividades, a unificação depende também de cada Centro Espírita, da sua participação e consequente integração nos órgãos de unificação local, regional ou central. Importa assim dizer que o organismo federativo espírita depende da inter-relação de todas as suas células vitais, para a sua existência e auto-sustentação.

O resultado dessa aproximação e convivência fraterna, trará, inevitavelmente, o progresso das Instituições Espíritas e, em consequência, o fortalecimento do movimento de unificação. Por essa razão, todas as Instituições Espíritas organizadas de acordo com a Codificação Kardecista, deverão aderir, filiar-se ou unir-se ao órgão de unificação do Movimento Espírita Português da região a que pertence, por definição Federativa.

10.1.1 Vantagens da Integração do Centro Espírita no Movimento de Unificação:

- a. Aproximar os Espíritas para que confraternizem e melhor se conheçam.
- b. Tornar estável, homogéneo e eficaz o Movimento Espírita.
- c. Trocar experiências e conhecimentos em todos os aspectos do Movimento Espírita.

- d. Aperfeiçoar progressivamente todos os sectores das actividades espíritas.
- e. Tornar o Movimento Espírita uma força social cada vez mais útil e mais eficiente para a evolução humana, no sentido espiritualista e fraterno.
- f. Concorrer eficientemente para o desaparecimento do personalismo individual ou de grupos no meio espírita, facilitando o desenvolvimento da humildade e da renúncia, tão necessárias à estabilidade dos trabalhos colectivos e para a vivência da felicidade permanente.
- g. Garantir a independência do movimento espírita e sua auto-suficiência em todos os seus sectores de actividades, em qualquer época e em qualquer circunstância.
- h. Preservar, com segurança, a pureza da Doutrina Espírita e dar cabal desempenho às finalidades da Terceira Revelação.
- i. Sintonizar cada vez mais o Movimento Espírita com as forças espirituais superiores que dirigem o Planeta.
- j. Fortalecer o Movimento Espírita Português, de forma consciente e permanente, para que possa superar os obstáculos naturais à difusão da Doutrina Espírita.

10.1.2 Consequências da Integração do Centro Espírita nas actividades de Unificação.

- a. Beneficia-se das experiências, actividades e realizações das demais Instituições Espíritas.
- b. Colabora com o desenvolvimento das demais Instituições Espíritas.
- c. Contribui para uma definição do Movimento Espírita perante as demais correntes religiosas, a opinião pública e os poderes constituídos.

10.1.3 Direcção Colectiva

- a. Importa ressaltar que a direcção colectiva, como preceitua Allan Kardec, deverá ter autoridade estritamente moral e não disciplinar. Cada parte componente do todo continua livre, vivendo os ideais dos seus estatutos e das suas programações, dirigindo-se por si mesma (Obras Póstumas, 17^a edição FEB, p. 357).
- b. A direcção colectiva estuda, conclui, sugere, aconselha, propõe, mas não impõe e nem absorve. A adesão deve ser sempre voluntária e consciente, devendo concorrer todos os componentes para a direcção colectiva, directa ou indirectamente.

c. A acção federativa far-se-á sempre no sentido da aproximação fraterna das Instituições Espíritas que mantenham actividades doutrinárias em conformidade com a Codificação do Espiritismo, objectivando a troca de experiências e, acima de tudo, o fortalecimento do Movimento Espírita Português.

CAPÍTULO XI

REUNIÃO DE TRABALHADORES DO CENTRO ESPÍRITA

11.1 Esta reunião, a realizar exclusivamente com os trabalhadores de todas as áreas de actividades do Centro Espírita, visa manter a unidade, tanto doutrinária como administrativa, no desenvolvimento dos trabalhos da Instituição.

11.1.1 Orientação e Constituição da Reunião

- a. Monitor da reunião
- b. Dois colaboradores

11.1.2 Preparação do ambiente espiritual

- a. Recomenda-se a leitura de uma página da Doutrina Espírita
- b. Tempo: 5 minutos (máximo)

11.1.3 Prece Inicial

- a. A prece inicial deve ser curta e simples, e será proferida pelo monitor da reunião ou por quem este designar.
- b. Tempo: Mínimo indispensável

11.1.3 Vibrações

- a. Projectção de vibrações de paz, harmonia e luz, envolvendo a Instituição
- b. Tempo: 10 minutos

11.1.4 Mensagem dos Benfeitores Espirituais

- a. Espaço reservado à comunicação dos Benfeitores Espirituais.
- b. Tempo: Mínimo indispensável

11.1.5 Avaliação e Reflexão sobre as Actividades do Centro

- a. Informações e diálogo sobre as diversas actividades do Centro, e outros assuntos de interesse à Instituição.
- b. Tempo: 1.00H - a 2.00H (máximo)

11.1.6 Prece Final

- a. A prece final deve ser curta e simples, e será proferida pelo monitor da reunião

ou por quem este designar.

b. Tempo: Mínimo indispensável

11.1.7 Recomendações

a. Esta reunião deve ser dirigida de preferência pelo Presidente do Centro Espírita, ou por quem este designar.

b. À reunião de trabalhadores deve ser atribuída pela direcção do Centro Espírita, a mesma importância concedida a qualquer outra actividade da Instituição, pois contribui fortemente para o convívio fraterno e consequentemente pela empatia entre trabalhadores da mesma. Daí a razão da presença de todos os trabalhadores ser imprescindível para o fim em vista.

c. Para além das razões apontadas na alínea (b), a participação dos trabalhadores nesta reunião, permitir-lhes-á colaborar no melhoramento das tarefas em curso na Instituição, emitindo as suas opiniões para maior enriquecimento das conclusões finais.

d. Aplicam-se a este Capítulo as “Recomendações Gerais” a ele referentes.

CAPÍTULO XII

RECOMENDAÇÕES GERAIS

1. Quaisquer que sejam as actividades do Centro Espírita, de assistência ou educacionais, nunca prescindir do carácter doutrinário de iluminação e consolo espiritual.

2. Tanto quanto possível, a Direcção do Centro Espírita deve reunir as condições que lhe permitam a reflexão segura e nobre com os Benfeitores Espirituais, sobre as actividades da própria Instituição.

3. Observar a pontualidade e a assiduidade em todos os trabalhos do Centro Espírita.

4. Solicitar aos participantes que cheguem mais cedo às reuniões, evitando, nas conversações, temas contrários à dignidade do trabalho.

5. Dar aspecto simples aos ambientes espíritas, evitando-se no Centro Espírita, enfeites excessivos, jogos de luz e uso de uniformes ou paramentos pelos trabalhadores.

6. Desaprovar o emprego de rituais, imagens ou símbolos de qualquer natureza

nas reuniões, assegurando a pureza e a simplicidade da prática do Espiritismo.

7. Desaprovar a conservação de retratos, quadros, legendas ou quaisquer objectos que possam ser considerados apetrechos para rituais, tão usados em diversos meios religiosos.

8. Desautorizar, ou não implementar nos Centros Espíritas, as cerimónias que em nome da Doutrina, visem à celebração de casamentos, baptizados, velórios e outras práticas estranhas à Doutrina.

9. Nas reuniões doutrinárias, jamais angariar donativos por meio de colectas, peditórios ou venda de rifas, pela incompatibilidade que representam, face à Doutrina Espírita.

10. A direcção do Centro Espírita não deverá atender a preces especiais para os espíritos desencarnados. Os participantes deverão ser esclarecidos da importância e benefício que poderão dispensar àqueles por quem intercedem se por eles orarem.

10. Nas reuniões públicas, recomenda-se a abstenção total de manifestações de Espíritos, para salvaguarda de eventual comunicação de enfermos.

11. O monitor deverá impedir nas reuniões doutrinárias, sem alarde, a presença de pessoas alcoolizadas ou excessivamente agitadas, salvo nas actividades vocacionadas para alívio de tais casos.

12. Lembrar constantemente nas reuniões, a necessidade de todos os participantes, antes das reuniões, orarem e meditarem, colaborando assim na preparação do ambiente espiritual. Durante o período em que decorre a explanação doutrinária, a atenção deve estar voltada para o desenrolar da apresentação.

13. Estudar previamente e com bastante critério, as apresentações de palestrantes ou outros tarefeiros espíritas, assim como as homenagens a companheiros e parentes encarnados ou desencarnados, para que não se incorra na exaltação da vaidade e do orgulho, ou ferir a modéstia e a humildade daqueles a quem prezamos.

14. Oferecer a tribuna doutrinária apenas a pessoas conhecidas dos dirigentes do Centro, por forma a evitem-se pregações estranhas aos postulados Espíritas.

15. É dever do dirigente das reuniões doutrinárias esclarecer devidamente os

presentes, sobre eventuais afirmações efectuadas por algum expositor, cujo teor se encontre desfasado dos postulados espíritas.

16. Evitar aplausos e manifestações susceptíveis de gerar desentendimentos, pese embora a sinceridade das intenções.

17. Não permitir nas reuniões do Centro, quaisquer ataques ou censuras a outras religiões

18. Usar com prudência ou substituir toda a expressão verbal que indique costumes, práticas, ideias políticas, sociais ou religiosas contrárias ao pensamento espírita, quais sejam sorte, acaso, sobrenatural, milagre, etc, . Em qualquer circunstância deve recair a preferência no uso da terminologia doutrinária pura.

19. Impedir palestras e discussões de ordem política nas sedes das Instituições doutrinárias, não esquecendo que o serviço de evangelização é tarefa essencial.

20. Em nenhuma oportunidade, transformar a tribuna espírita para propaganda política ou eleitoral, nem subtilezas comovedoras em nome da caridade.

21. Repelir acordos políticos que, em consciência, pretendam defender os princípios doutrinários ou aliciar prestígio social para a Doutrina, em troca de votos ou solidariedade a partidos e candidatos.

22. Não comerciar com o voto dos companheiros de Ideal, sobre quem a sua palavra ou cooperação possam exercer alguma influência.

23. O trabalho de materialização para a assistência aos enfermos, de carácter privativo, só deve ser organizado com a expressa autorização dos instrutores da Vida Maior. Emmanuel assevera sobre esta matéria: *“o trabalho de materialização é, na sua essência, uma aventura nas regiões inferiores da nossa jornada evolutiva”*. Devemos entender as palavras do Benfeitor como séria advertência, visto revestir-se de extrema delicadeza, na qual, inclusive, são colocados em jogo a saúde e a vida do médium ou

médiuns de efeitos físicos. Havendo autorização dos Benfeitores Espirituais, os serviços de materialização deverão ser movimentados na direcção da saúde humana, segundo a instrução de Emmanuel na citada comunicação, onde acrescenta *“por enquanto só o esforço de assistência aos doentes justifica o desdobramento intensivo das nossas actividades nesse sector, considerando que a sementeira das convenções sadias pode ter lugar, ao lado do pronto socorro e da*

enfermagem, sem campo aberto às indagações sem proveito, que raras vezes começam em votos brilhantes, acabando em fascinação enfermiça, susceptível de arrastar os instrumentos mediúnicos e cooperadores respeitáveis da fé, a compromissos destrutivos com a sombra”.

24. O Centro Espírita que mantém serviços de assistência a necessitados e enfermos, inclusive, com receituário e distribuição de medicamentos, deverá ter, como responsável por ele, um médico habilitado, em pleno exercício da medicina.

25. Afixar no quadro de informações do Centro Espírita, as informações e planos de todas as actividades que desenvolve, para conhecimento geral.

26. Quando as actividades do Centro Espírita estiverem organizadas por departamentos, recomenda-se perfeito entrosamento entre elas, principalmente a Evangelização Infantil e Juvenil.

27. Não permitir o uso do cigarro nas dependências do Centro Espírita.

28. Planear as actividades doutrinárias do Centro, elaborando programas, fixando datas ou épocas para a sua realização e mobilizando os responsáveis pela sua execução.

29. Agir por forma a não permitir, mesmo indirectamente, actos quem signifiquem profissionalismo religioso, quer na área da mediunidade, quer no exercício directivo das Instituições, na redacção de livros e periódicos, em traduções e revisões, excursões e visitas, palestras e outras quaisquer tarefas.

30. A direcção dos trabalhos, quando possível, poderá realizar-se sob regime de rotatividade, visando o espírito de equipa, necessário ao progresso da Instituição e à preparação dos colaboradores para essa tarefa.

31. As actividades do Centro Espírita deverão ser organizadas e supervisionadas pela equipa do sector correspondente, ou pela direcção, podendo um director acumular, quando necessário, a função de dirigente de um sector ou de uma tarefa qualquer.

BIBLIOGRAFIA

1. Projecto da Comissão da F.E.P.
2. O Centro Espírita – Wilson Garcia - Edição U.S.E. e Edições Correio Fraternal
3. O Centro Espírita – J. Herculano Pires – Edição LaKe
4. Orientação ao Centro Espírita – C.F.N. – Edição Federação Espírita Brasileira
5. Relações Humanas no Centro Espírita – Nazareno Tourinho – Edições Correio Fraternal